



EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL COMARCA DE IVAIPORÃ – PR

URGENTE!

REGINALDO BANDEIRA – TRANSPORTES – “TRANS-BANDEIRA”, empresário individual, inscrito no CNPJ sob nº 23.035.129/0001-30, com sede Avenida Maranhão, 3021, Sala 01, Bairro Centro, Ivaiporã - PR, CEP nº 86.870-000, neste ato representada por **REGINALDO BANDEIRA**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF sob nº 005.827.579-75, portador da Carteira de Identidade 82425764, expedido pela SESP/PR, nascido em 01/02/1982, filho de Palmino Bandeira e Dirce Moro Bandeira, residente e domiciliado à Avenida Maranhão, nº 3021, Centro, Ivaiporã – PR, CEP nº 86.870-000, por intermédio de seus advogados abaixo subscritos, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 305 e seguintes do Código de Processo Civil, bem como no art. 6º, § 12, da Lei Falimentar nº 11.101/05, requerer a presente **TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR PRÉVIA À DISTRIBUIÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, pelas razões de fato e de direito aduzidas

I. PRELIMINAR: MANUTENÇÃO DO FEITO EM SEGREDO DE JUSTIÇA ATÉ A DECISÃO DO DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DO PEDIDO PRINCIPAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

1. É sabido que a decretação do segredo de justiça é medida excepcional, a qual será aplicada apenas nos casos específicos e disciplinados no artigo 189 do Código de Processo Civil. Por esse sentido, os dados e os atos processuais ficam restritos e limitados às partes e aos seus advogados.
2. Via de regra, embora o processo de recuperação judicial não esteja previsto em tal dispositivo, a medida de decretação e manutenção até a decisão de deferimento do processamento torna-se considerável.
3. Ainda mais na presente medida cautelar, prévia ao processamento do pedido principal.

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070



4. Diante da crise econômico-financeira que a requerente vem enfrentando, a partir do momento que os credores tomarem ciência poderão adotar medidas expropriatórias, cujo ato poderá dar azo a impossibilidade de cumprimento das obrigações da própria requerente. Dito de outro modo, a divulgação antecipada poderá retirar de mercado, de forma precipitada, a atividade econômica que ainda demonstra viabilidade econômica.

5. Além disso, essa medida se faz salutar para resguardar e fazer-se cumprir o princípio da preservação da empresa, ora disciplinado no artigo 47 da Lei nº 11.101/05. Quer isto dizer, a intenção do legislador ao promulgar a Lei nº. 11.101/05, é conferir ao processo recuperatório uma participação coletiva dos envolvidos no soerguimento da empresa em crise, dentre eles a própria recuperanda, os sócios ou acionistas, trabalhadores e credores, garantindo com que todos sejam beneficiados, sem qualquer distinção.

6. Desse modo, ao disponibilizar mecanismos protetivos aos devedores em recuperação, o **legislador busca evitar a mera satisfação de interesses de credores individuais**, pois, acima deles, estão os interesses da sociedade, sendo certo que, a empresa se apresenta como veículo para atender aos outros princípios constitucionais, como da livre iniciativa e concorrência.

II. DA PRIORIDADE NA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL

7. Para além da necessária concessão do sigilo ao presente feito, pelas razões expostas alhures, importante que este juízo determine, também, a prioridade na tramitação do feito em razão dos efeitos jurídicos pretendidos, e, ainda, dos prazos legais que devem ser cumpridos para a correta finalização do processo com o objetivo esperado, qual seja, a reestruturação econômica das empresas.

8. Explica-se: O direito à prioridade de tramitação dos processos falimentares encontra-se disposto no artigo 189-A da LRF, evidenciando que os procedimentos que envolvam o processo falimentar terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo o habeas corpus e as prioridades estabelecidas em leis especiais. No mesmo sentido, o art. 79 da LRF, confere preferência na ordem dos feitos, em qualquer instância, aos processos e procedimentos referentes ao tema falimentar.

9. Referidas disposições somente refletem a celeridade processual garantida pelo artigo 5º, LXXVIII, da Constituição Federal.

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070



10. Cumpre destacar, ainda, que a demora na tramitação deste feito acarretará em prejuízo às Requerentes, bem como aos seus credores, e ainda, ao fluxo de retomada econômica das empresas, o que, evidentemente, não pode ocorrer, sob pena de perdimento do resultado útil processual.

11. Dessa forma, requer seja reconhecida a prioridade na tramitação do presente feito, com a devida anotação pela zelosa serventia, nos termos do artigo 189-A da Lei 11.101/2005.

III. DA COMPETÊNCIA DESTE JUÍZO PARA PROCESSAMENTO DA AÇÃO

12. Nos termos do art. 3º, da Lei nº. 11.101/05, é competente para deferir a recuperação judicial o juízo do local do principal estabelecimento do devedor. A compreensão de “principal estabelecimento” está ligada ao aspecto econômico, podendo ser o local onde o devedor concentra o maior volume de negócios, no caso das requerentes, a Matriz-sede se estabelece na cidade de Ivaiporã /PR, que pertence à própria Comarca de Ivaiporã/PR, onde abriga a principal área de produção da empresa, também subsidiando a parte administrativa.

13. Nesse sentido, prediz o Enunciado nº. 466, do Conselho da Justiça Federal:

“Para fins do Direito Falimentar, o local do principal estabelecimento é aquele de onde partem as decisões empresariais, e não necessariamente a sede indicada no registro público”.

14. A título de reforço, possui igual entendimento a jurisprudência do STJ:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRINCIPAL ESTABELECIMENTO DO DEVEDOR. 1. Esta Corte, interpretando o conceito de “principal estabelecimento do devedor” referido no artigo 3º da Lei nº 11.101/2005, firmou o entendimento de que o Juízo competente para processamento de pedido de recuperação judicial deve ser o do local em que se centralizam as atividades mais importantes da empresa. 2. Hipótese em que o grupo empresarial se transferiu para a cidade de Itumbiara - GO, onde centralizou suas principais atividades empresariais, não havendo falar em competência do local da antiga sede estatutária - Porto Alegre - RS - para o processamento do pedido de recuperação judicial. 3. Agravo interno não provido.” (STJ - AgInt no CC: 157969 RS 2018/0092876 - 9, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA). (grifamos).

15. Dessa forma, considerando que a sede da Empresa está em Ivaiporã /PR, pertencente a circunscrição da comarca de Ivaiporã /PR, portanto, sendo competente o juízo desta comarca para

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070



análise do pedido ora formulado, bem como para apreciar ulteriormente o pedido principal de deferimento do processamento da recuperação judicial.

IV. DO CABIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR ANTECIPATÓRIA DOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

16. O instituto da tutela provisória de urgência e das medidas cautelares, mais do que assentes na processualística regente, desde Cândido Rangel Dinamarco, encontra suas bases firmadas no mais puro e concreto entendimento doutrinário e jurisprudencial.

17. Mencionado autor ampara suas convicções e a construção de sua obra no conceito de Efetividade da Tutela Jurisdicional, a qual somente é obtida se a resposta estatal garantir a proteção ao bem jurídico tutelado, o que prementemente pode se dar, ainda que preliminarmente, por meio da tutela de urgência, que também se performa através da cautelar antecipatória.

18. A técnica processual em questão reflete a necessidade de se garantir a natureza satisfativa do processo de conhecimento, de modo que, a tutela provisória de urgência, concedida com base em cognição sumária, decorre da plausibilidade do direito afirmado e da demonstração de que determinado acontecimento possa gerar prejuízos irreversíveis ao tutelado, além de impedir ou comprometer a efetividade da tutela definitiva ao fim do processo.

19. Juridicamente falando, a proteção que se persegue neste peticionamento não apenas possui amparo legal e expresso no artigo 305¹ e seguintes do Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente ao direito da insolvência, nos termos do art. 189 da LRF, como também, se encontra fundamentado expressamente na própria Legislação Falimentar, conforme se infere do disposto no artigo 6º, incisos e § 12, da mesma Lei, o qual vale transcrever em sua literalidade:

Art. 6º - A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica: I - suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime desta Lei; II - suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência; III - proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência. [...] § 12. Observado o disposto no art. 300 da Lei nº 13.105,

¹ “Art. 305. A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070



de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), o juiz poderá antecipar total ou parcialmente os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial

20. Como se observa, a Legislação Falimentar confere um amplo âmbito de proteção em favor do devedor-empresário quando deferido o processamento da recuperação judicial e, ao prever a possibilidade de antecipação dos efeitos desta, após a reforma operada pela Lei 14.112/20, apenas conferiu, como não poderia deixar de ser, uma linha simétrica entre as ações de natureza puramente civil e o procedimento da insolvência, atribuindo a este último a mesma paridade de tratamento no que concerne a possibilidade de utilização das medidas cautelares.

21. Dito isso, é notório que a pretensão aqui deduzida não se trata de uma ação infundada ou com intuito de obstaculizar qualquer que seja o interesse dos credores envolvidos, pois, na verdade, o ajuizamento da tutela cautelar visando à preparação ao pedido de Recuperação Judicial nada mais é do que uma medida legitimadora do seio protetivo conferido pela norma.

22. A intenção, por sua vez, é obter a suspensão do curso das ações e execuções e eventuais medidas expropriatórias referentes aos bens essenciais à manutenção da atividade empresarial das Requerentes, enquanto, concomitante, o **requerente** reúne todos os documentos indispensáveis para a propositura da ação de Recuperação Judicial definitiva.

23. Como será melhor delineado adiante, a empresa Requerente reúne todos os requisitos essenciais para a concessão da tutela provisória em caráter urgente e antecipado, especialmente porque, além de demonstrar a plausibilidade do direito afirmado, também comprova a existência de fatores que podem causar danos irreparáveis ou de difícil reparação em seu desfavor e, inclusive, impedir o soerguimento da empresa no futuro pedido falimentar.

24. Em virtude da crise empresarial que se instalou no âmago da gestão operacional do Requerente, conforme será exposto a frente, alguns credores predatórios, pouco preocupados com o papel social da empresa, tem perseguido a constrição de ativos importantes para o desenvolvimento da atividade comercial da Requerente, os quais são utilizados na própria operação.

25. Nesse contexto, considerando o alto endividamento do Requerente e sua estrutura de pessoal, a organização e preparação documental para o pedido de recuperação que, por sua vez, é complexo e moroso, para o regular cumprimento dos requisitos previstos pelo art. 51 da Lei 11.101/05, haverá a necessidade de envolvimento de diversas frentes de trabalho e demandará tempo, motivo pelo qual se mostrou imprescindível a propositura da presente medida cautelar.

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070





26. Durante o lapso temporal entre a juntada da documentação necessária para instrução do pedido recuperatório, a estruturação e distribuição do processo, possivelmente as constrições judiciais continuariam a ser praticadas pelos credores, vindo a reduzir ou até mesmo esvaziar completamente a capacidade de reestruturação dos empresários.

27. A presente tutela cautelar antecedente visa garantir a efetividade da prestação jurisdicional a ser obtida através do pedido de recuperação judicial das requerentes, de modo que, para tanto, tem como objetivo antecipar os efeitos do *stay period* (art. 6º, II, da LRF²).

28. Desse modo, nos termos do artigo 305 e seguintes do Código de Processo Civil, cominado aos artigos 6º, II e § 12º, da Lei 11.101/05, para que o sucesso da recuperação judicial seja garantido, é necessária a **suspensão** das execuções individuais deflagradas contra as requerentes, bem como da exigibilidade de todos e quaisquer créditos sujeitos ao concurso de credores, englobando, assim, aqueles de natureza trabalhistas, com garantia real, os quirografários e os enquadrados como microempresa e empresa de pequena porte.

29. São diversos os fatores que embasaram o pedido cautelar aqui pretendido. Aponta-se, em especial, a grave situação econômico-financeira que o Requerente enfrenta, o que culminará no pedido de Recuperação Judicial, logo, caso sobrevenham quaisquer atos expropriatórios em seu patrimônio, o êxito do futuro pedido de Recuperação Judicial restará comprometido.

30. O direito que o Requerente busca assegurar por meio do presente pedido acautelatório é a preservação de suas bases operacionais e estratégicas para superação da crise estrutural e econômica, de forma a preservar e maximizar sua função social como entidade geradora de bens, recursos, empregos e receitas.

31. Se, porventura, se perpetuarem os atos expropriatórios decorrentes de processos individuais, acabará por inviabilizada a própria atividade e até mesmo o início do processo de recuperação, eis que, subtraindo ativos relevantes para a operação, pouco se poderá fazer para realizar o pagamento de todos os demais credores, acarretando grave violação ao princípio da igualdade entre os credores – *par conditio creditorum*.

32. De outro lado, o perigo de dano e o de risco ao resultado útil do processo caracteriza-se pela própria necessidade da manutenção das atividades do Requerente, pois, não havendo decisão que

² Art. 6º - A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica: [...] II - **suspensão** das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos a recuperação judicial ou à falência.

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070





determine a suspensão dos bloqueios e evite atos expropriatórios no seu patrimônio, dificilmente poderão fazer uso do instituto recuperatório, tratando-se a medida aqui pretendida do único meio possível para garantir o amparo do Estado para reestruturação do endividamento.

33. Pode-se dizer, ademais, que a urgência que reveste a concessão da medida cautelar tem como característica a transitoriedade e não tem por escopo causar prejuízos ou lesar qualquer pessoa, isso é, se não distribuído o pedido recuperatório a medida poderá ser revogada e os credores terão seus direitos inalterados, podendo persegui-los da maneira que lhe convir.

34. Da situação narrada até aqui depreende-se que é manifesto e inequívoco o direito dos autores em obter a concessão da tutela, sobretudo porque, o preenchimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei 11.101/05, serão oportuna e documentalmente demonstrados quando do ajuízo do pedido principal da recuperação judicial.

35. Ao antecipar os efeitos do *stay period*, garantindo a aplicabilidade do **princípio da preservação da empresa**, o juízo proporciona ao Requerente tempo hábil para organização documental e para que sejam tomadas as decisões iniciais em relação às medidas de reestruturação que serão aplicadas no decorrer do procedimento concursal.

36. E mais. **O deferimento da medida cautelar antecipatória, concedendo o prévio efeito suspensivo das execuções ajuizadas contra o devedor**, confere fôlego e possibilita que a empresa e a sua administração concentrem suas energias na própria distribuição do pedido recuperatório, sem que precisem canalizar esforços para proteger seus bens dos credores predatórios.

37. Merece ser reforçado que não haverá qualquer prejuízo à coletividade de credores em virtude da concessão da tutela requerida, ao contrário, caso não seja concedida, a atividade empresária das Requerentes é que acabará sendo totalmente inviabilizada.

38. A necessidade da tutela cautelar se revela ainda mais sobressalente em razão de que os veículos das empresas, as quais operam no ramo do transporte de bovinos, possuem, em sua maioria, débitos que não foram adimplidos pela falta de recursos financeiros em decorrência da crise econômica vivenciada, caracterizando claro perigo de dano, visto que existem mais de 10 busca e apreensões já ajuizadas em desfavor da Empresa.

39. O perigo do dano pode vir a ser potencializado caso os bens essenciais à atividade sejam apreendidos, pois, enquanto se organiza os documentos exigidos pelo artigo 51 da Lei 11.101/05 para

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070



propositura do pedido, a empresa requerente corre o risco de ter sua reestruturação frustrada por bloqueios, arrestos, penhoras e excussões de seus ativos – ativos estes que, ao final, serão utilizados para gerar recursos aptos a complementar o fluxo de caixa, bem como viabilizar a continuidade da operação e o pagamento de todos os credores de forma isonômica.

40. Por fim, importante mencionar que a jurisprudência pátria é pacífica quanto à possibilidade de deferimento do pedido cautelar em casos como o que aqui se expõe:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – TUTELA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE – CONCESSÃO PARA PROIBIR ATOS DE EXPROPRIAÇÃO DE BENS E VALORES ATÉ A APRECIACÃO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – OPERAÇÃO DE MERCADO FIRMADO ENTRE COOPERATIVA E COOPERADO - INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO LIMITE DE CRÉDITO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA GUARDA-CHUVA – REQUISITOS PREENCHIDOS – ART. 49, §3º, DA LEI Nº 11.101/2005 – LIMITAÇÃO TEMPORÁRIA AO DIREITO DO CREDOR FIDUCIÁRIO - DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. O “Instrumento Particular de Contrato Limite de Crédito com Alienação Fiduciária Guarda-Chuva” se trata de operação comum no mercado financeiro – concessão de limite de crédito -, daí porque, não se enquadra na exceção legal que reveste de proteção aos efeitos da recuperação judicial apenas os “atos cooperativos”, compreendidos como aqueles “para a consecução dos objetivos sociais”. 2. Quanto aos créditos revestidos da garantia fiduciária, previstos no art. 49, §3º, da Lei nº 11.101/2005, o eg. STJ adotou o posicionamento no sentido de que “os bens alienados fiduciariamente, quando integram a atividade essencial da empresa recuperanda, devem permanecer com o devedor durante o período de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005. Esse entendimento, contudo, não altera a natureza do crédito que recai sobre os bens alienados fiduciariamente, cuja propriedade permanece do credor fiduciário e, portanto, não sujeito à recuperação judicial. O efeito jurídico decorrente, portanto, é apenas o de impedir a consolidação da propriedade fiduciária em favor do credor durante esse período. Assim, apenas para aclarar o acórdão, deve-se expressar que os bens essenciais apenas não podem ser consolidados em nome do credor durante o período de suspensão da recuperação judicial. Após esse período, no entanto, os bens poderão ser efetivamente consolidados, porquanto os respectivos contratos de alienação fiduciária não estão sujeitos à recuperação judicial” (EDcl no AgInt no AREsp n. 1.700.939/GO, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 29/11/2021, DJe de 15/12/2021.). (...). (Quarta Turma - AgInt no AgInt no AREsp n. 1.744.708/GO - Relator Ministro RAUL ARAÚJO - Julgado em 17/10/2022 - DJe de 21/10/2022.).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMPRESA EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE, NOS AUTOS DE AÇÃO CAUTELAR REPARATÓRIA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DEFERIU, LIMINARMENTE, QUE OS REQUERIDOS SE ABSTENHAM DE EXECUTAR AS ORDENS DE DESPEJO E RETOMAR AS LOJAS, ATÉ QUE O JUÍZO DA RECUPERAÇÃO DECIDA SOBRE O DEFERIMENTO DO SEU PROCESSAMENTO”. AFASTADA A COMPETÊNCIA UNIVERSAL DO JUÍZO ONDE TRAMITA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL. A recuperação da empresa tem por objetivo principal viabilizar que a empresa tenha condições de se reerguer, mediante a elaboração de um plano de recuperação, para a organização financeira e o prosseguimento das atividades. Nessa linha de raciocínio, o caso posto ao julgamento encontra-se

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070



delimitado no art. 6º da lei acima em referência, abaixo transcrito, in verbis: "Art. 6º - A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário. O despejo da empresa que está em processo de recuperação judicial extinguirá as suas possibilidades de se reerguer, o que vai de encontro com o princípio da preservação da empresa." (...) (TJ-RJ - AI: 00716793620158190000 RIO DE JANEIRO CAPITAL 5 VARA EMPRESARIAL, Relator: CARLOS EDUARDO MOREIRA DA SILVA, Data de Julgamento: 30/08/2016, VIGÉSIMA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 02/09/2016).

AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONCILIAÇÃO. ART. 20-B, § 1º DA LEI N. 11.101/05. SUSPENSÃO DAS EXECUÇÕES MOVIDAS CONTRA O AUTOR POR 60 DIAS. PROVIMENTO PARCIAL. COMPROVAÇÃO DE PEDIDO DE PARCELAMENTO NOS AUTOS ORIGINÁRIOS. REQUISITOS DOS ARTS. 48 E 51 DA LEI N. 11.101/05. 1. A decisão ID. 8491320 desta relatoria que indeferiu a liminar, entendeu que não constam dos autos a comprovação de procedimentos já ajuizados perante o CEJUSC entre a empresa agravante e seus credores na tentativa de composição, conforme exigido no art. 20-B, § 1º, da Lei nº 11.101/2005, bem como as documentações que demonstrem a verdadeira situação econômica da empresa devedora. 2. No caso dos autos, os documentos juntados ao processo que originou a demanda em análise, verifico a juntada de e-mail expedido por MedArbRB (plataforma de conciliação e arbitragem), notificando os credores para realização de conciliação que seria realizada o dia 05/10/2022, em observância ao disposto no art. 20-B, § 1º, da Lei n. 11.101 /05. 3. Constam ainda certidões que comprovam o preenchimento dos requisitos do art. 48 da Lei de Recuperação Judicial (Lei nº 11.101/05). 4. Importante salientar que a medida cautelar em caráter antecedente solicitada pela agravante perante o juízo de 1º grau, oportuniza a empresa em situação de crise reversível uma proteção legal para se preparar para o pedido de recuperação judicial. 5. A intenção da empresa em crise que busca a medida cautelar é resguardar o seu direito de pedir uma recuperação judicial futura, através da obtenção da antecipação dos efeitos da recuperação judicial. 6. Dessa forma, como já comprovada a instauração das conciliações, a juntada dos documentos previstos no art. do art. 48 da Lei nº 11.101/05, e mais a demonstração de boa-fé com a comprovação de protocolo de parcelamento dos tributos juntos à Fazenda Nacional, entendo que a suspensão pelo prazo de 30 (trinta) é razoável para suspender as execuções em face do agravante, a fim de propiciar um ambiente para efetivação das negociações junto aos credores. 7. Como o prazo de 30 (trinta) dias já foi deferido nos autos do Agravo Interno nº 0759289-73.2022.8.18.0000, considero que a contagem do referido prazo deve ser feita nos autos daquele agravo. 8. Recurso conhecido e parcialmente provido.(TJPI - Agravo de Instrumento - 0758324-95.2022.8.18.0000, Relator: DES. LUIZ GONZAGA BRANDÃO DE CARVALHO, Data de Julgamento: 17/02/2023)

41. Cumpre ressaltar que se trata de tutela cautelar (não antecipada), portanto não atrelada à constatação formal dos requisitos para a concessão do pedido futuro (aqui a tutela provisória de urgência tem caráter antecedente).

42. A investigação que cabe ao julgador, nessa provocação, envolve a identificação de razão jurídica para se proteger o futuro pedido. **Não há que se exigir, nesta oportunidade, a presença e respectiva**

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070



demonstração concreta da probabilidade do direito a processamento da recuperação judicial, conforme dispõe o artigo 305 do CPC.

43. Evidente, portanto, que o deferimento do pedido cautelar é plenamente cabível e extremamente necessário para a preservação da empresa até que se apresente o pedido principal da recuperação judicial.

44. Em conclusão, **resta plenamente demonstrado o cabimento e a possibilidade de ajuizamento do presente pedido de concessão da medida acautelatória em favor da empresa requerente, para que sejam antecipados os efeitos do *stay period*, de modo que, mais adiante, serão tecidas as considerações pertinentes sobre a empresa e sua atividade comercial.**

V. BREVE HISTÓRICO DO REQUERENTE E RAZÕES DA CRISE

45. O Requerente **REGINALDO BANDEIRA – TRANSPORTES – “TRANS-BANDEIRA”** é prestador de serviço de transporte de gado, desde o ano de 2013.

46. Embora a formalização da atividade econômica somente tenha acontecido no ano de 2013, o Requerente, nascido em 1º de fevereiro de 1982, na cidade de Manoel Ribas, no Estado do Paraná, iniciou sua trajetória profissional ainda na infância – aos 7 anos – ao lado de seu pai, Palmirino Bandeira, desempenhando atividades rurais no sítio em que viveu até completar seus 19 anos.

47. Dentre as funções que seu pai lhe ensinava, destacam-se a ordenha de leite e outros serviços relacionados à manutenção da propriedade. Aos 19 anos, iniciou sua primeira experiência profissional fora do ambiente rural, trabalhando como motorista de caminhão. Nesse tempo, prestou serviço para Sr. Edoel Marcondes, para quem trabalhou até os 24 anos.

48. No ano de 2010, o Requerente adquiriu seu primeiro caminhão, modelo boiadeiro, marcando início de sua dedicação profissional no ramo de transporte de gado. Essa conquista foi viabilizada por uma parceira estratégica com um amigo da cidade, que investiu parte do capital necessário para a compra do veículo, enquanto o Requerente – Sr. Reginaldo, assumiu integralmente a gestão operacional e administrativa do negócio, além de contribuir com sua *expertise* e dedicação.

49. O desenvolvimento da atividade econômica da Requerente manteve-se em constante evolução até o ano de 2016. Neste ano, a crise econômica que impactou severamente o setor de frigorífico trouxe reflexos significativos para o ramo de transporte de gado, o que culminou na paralização das atividades

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070



exercidas pelo Requerente. A redução apresentada na demanda de prestação de serviços de frete foi por consequência direta da retração no setor frigorífico, que diminuiu substancialmente a necessidade de movimentação de gado.

50. Cabe demonstrar que antes do agravamento da crise, o caminhão boiadeiro realizava – em média – 20 fretes mensais, com remuneração unitária de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Após essa fase, a quantidade de fretes foi reduzida para 4 a 5 mensais e o valor unitário da prestação de serviço passou para R\$ 1.5000,00 (mil e quinhentos reais). Mediante essas condições financeiras, a receita bruta da atividade econômica tronou-se inviável de continuar as operações.

51. Com a interrupção do serviço de frete, o Sr. Reginaldo vendeu o caminhão e permaneceu sem este bem por dois anos. Durante esse período, dedicou-se ao comércio de veículos e à intermediação de propriedade, atividades que garantiam a subsistência do Requerente. Além disso, com o recurso advindo da venda do caminhão, manteve suas economias pessoais e assegurou o sustento de sua família durante certo período.

52. No ano de 2018, com a aquisição de um caminhão graneleiro retornou suas atividades de frete, destinado ao transporte de grãos, como soja, milho e adubo. Esse investimento marcou uma mudança estratégica profissional para dar direcionamento nas operações ao setor agrícola. Com a nova aquisição do caminhão, o Sr. Reginaldo conseguiu reestabelecer sua atividade econômica organizada e manteve como foco o transporte de produtos agrícolas.

53. A mudança de estratégia profissional renovou a diversificação operacional, ampliou a área de atuação e consolidou – no mercado – a posição de excelente no transporte de cargas. No ano de 2019, o Requerente expandiu a frota de caminhões, adquirindo um novo modelo para atender a crescente demanda de fretes. Essa decisão foi embasada no aumento expressivo do volume de operações e na necessidade de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, mantendo a pontualidade nas entregas.

54. Nos anos subsequentes, a expansão da frota continuou de forma gradual e planejada. Em 2020, o Requerente adquiriu um novo caminhão para mais uma vez diversificar a frota e aumentar a capacidade de transporte de cargas. Em 2021, reforçando seu compromisso com a modernização e a eficiência operacional, foi realizada uma nova aquisição, incorporando mais um caminhão à frota.

55. Por meio dessa expansão progressiva, a empresa não apenas atendeu às necessidades imediatas do mercado, como também se posicionou de maneira mais competitiva no setor de transporte. A

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070





incorporação de veículos mais modernos e alinhados às exigências do mercado, assentou uma frota capaz de oferecer maior eficiência logística, menor custo operacional e melhor desempenho nas atividades de transporte, garantindo a sustentabilidade e o crescimento contínuo do negócio.

56. Além do aumento da frota de caminhões, a Requerente também precisou reforçar o número de funcionários, o que consequentemente, culminou no acréscimo das despesas operacionais. No ano de 2022, a Requerente se viu diante de um cenário de desafio financeiro, após o acontecimento de um acidente envolvendo um de seus veículos – Scania R440, ano 2013, placa AWA4377, adquirido no ano de 2018.

57. O sinistro ocasionou danos substanciais ao veículo, gerando a necessidade de reparos complexos e onerosos. Estes custos elevados causaram impactos financeiros no fluxo de caixa do Requerente, como também na paralisação parcial das atividades logísticas e na possibilidade de atender à demanda do mercado.



58. A queda brusca de receita, devido os acidentes com alguns caminhões da frota, impossibilitaram o Requerente de honrar com o pagamento do seguro e de outras obrigações importantes para a atividade econômica. Mesmo diante de todos os esforços empreendidos para adimplir com os pagamentos em dia, os recursos tornavam-se escassos, diante da falta de aqueles caminhões faziam.

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070





FATORES EXTERNOS CONTRIBUÍRAM PARA O AGRAVAMENTO DA CRISE

59. Além dos acidentes, o aumento expressivo nos preços dos insumos impactou diretamente os custos operacionais, resultando em uma crescente defasagem nos valores dos fretes. A redução na demanda por carga foi causada pela quebra de safra e pela estocagem de grãos, uma vez que os empresários rurais buscaram aguardar melhores preços no mercado, o que levou a uma queda acentuada nas tarifas de frete.

60. A diminuição na produção de grãos também reduziu a necessidade de transporte, refletindo em uma menor demanda pelos serviços prestados. Muitas transportadoras, que anteriormente eram amplamente requisitadas para escoar grandes volumes de produção, viram suas operações reduzirem drasticamente, o que agravou os desafios financeiros e logísticos já existentes.

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070

61. Infelizmente, o cenário não fora alterado para o ano de 2024, apesar da esperança e expectativa das transportadoras:



62. Diante da baixa demanda por mercadorias, da redução nas tarifas de frete e do elevado número de veículos disponíveis para carregamento, o panorama para o setor de transporte tornou-se extremamente crítico.

63. No primeiro trimestre de 2024, a situação enfrentada pela empresa revelou-se uma das mais severas desde sua fundação. Comparando com prejuízos anteriores, o impacto foi extremamente negativo.

64. Além disso, a diminuição nas exportações e a indefinição quanto à próxima safra agravaram ainda mais a situação, resultando em um período extremamente desafiador para as empresas do setor. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Paulista do Transporte de Cargas (IPTC) publicada no site “Universo do Seguro”, 72% dos transportadores encontraram dificuldades para comprar insumos em 2023 e 78% das empresas relataram aumentos dos custos em 2023³.

65. Além disso, o site “ABTI” – Associação Brasileira de Transportadores Internacionais mostrou que o índice de custos com transportes aumentou 29,3% no primeiro quadrimestre de 2023, afetando diretamente a formação do custo do frete, conforme informação da IPTC:

³ Notícia disponível em: <https://universodoseguro.com.br/estudo-revela-que-72-dos-transportadores-encontraram-dificuldades-para-comprar-insumos-em-2023/>





66. Não bastasse isso, os preços do diesel voltaram a crescer na primeira quinzena de julho, segundo dados do Índice de Preços Edenred Ticket Log (IPTL). O diesel comum excedeu a média de R\$ 6,00

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



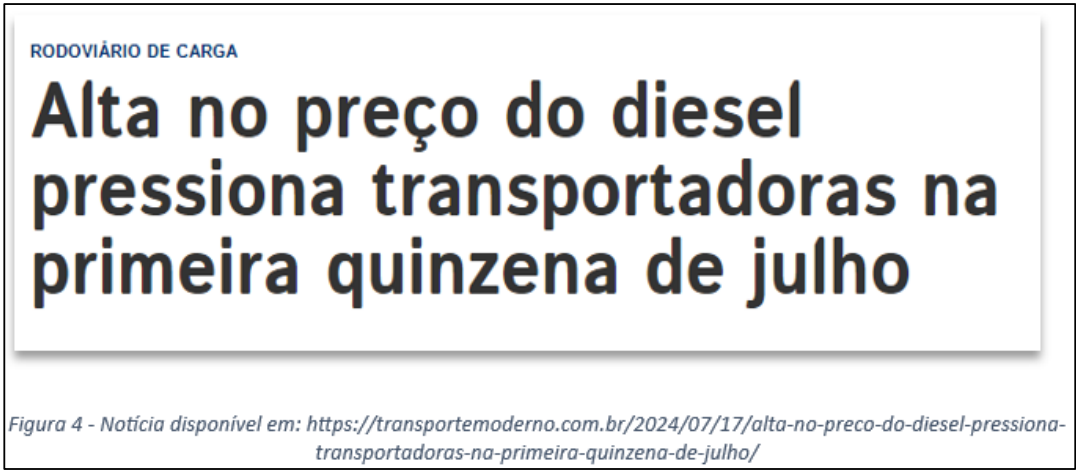
www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJV9J 542UB P6HAD BTEHY



por litro, com um aumento de 0,67% em comparação com junho, enquanto o diesel tipo S-10 subiu 1,15%, alcançando R\$ 6,15 por litro:



67. Referida situação não promete nenhuma melhora, visto que estudos recentes apontam para um aumento mínimo de 4% do preço ao final de 2024, repetindo o padrão histórico do aumento dos preços dos combustíveis.



68. O gráfico supra colacionado demonstra nitidamente o exponencial crescimento do preço da gasolina comum. No ano de 2020 a média de revenda perfazia a quantia de R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos), enquanto que ao final de 2021 já se alcançava o valor de R\$ 6,75 (seis reais e setenta e cinco centavos), quase 70% (setenta por cento) à mais no período de um ano.

69. Em meados de 2022, a gasolina comum alcançou o valor histórico de R\$ 7,39 (sete reais e trinta e nove centavos) por litro, somado ainda à agravante da doença que acometia o mundo no referido ano, quase seja a COVID-19:

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070



70. No mesmo período o preço do Óleo Diesel também experimentou altas históricas, segundo os dados da ANP:



71. Em meados de 2022, na mesma data, 19/06/2022, o óleo diesel batia a casa dos R\$ 7,57 (sete reais e cinquenta e sete reais), valor este 148% (cento e quarenta e oito por cento) à mais do que o período de julho de 2020:



São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJV9J 542UB P6HAD BTEHY



72. Apesar do cenário econômico debilitado, o Requerente enfatiza seu compromisso em superar as dificuldades, preservar empregos, gerar renda e contribuir para o desenvolvimento econômico do país, acreditando firmemente no potencial de crescimento e expansão de seus negócios, desejando honrar com seus compromissos tributários municipais, estaduais e federais, além de suas obrigações fiscais.

73. Portanto, é imperioso que este juízo compreenda que o soerguimento da empresa é de suma importância para o trato socioeconômico. Através do processo recuperatório, que com total certeza será bem-sucedido, as Requerentes empregarão todos os esforços para garantir que a recuperação judicial, em sendo deferida, atinja seu objetivo principal descrito no artigo 47, da LRF.

74. Nesse contexto, a empresa Requerente almeja sua reestruturação empresarial, acreditando no potencial de crescimento e expansão de seus negócios. O objetivo é quitar o passivo, obtendo prazos e condições favoráveis para a reestruturação econômico-financeira e a manutenção das atividades.

75. Assim sendo, a Recuperação Judicial apresenta-se como a medida mais adequada e a única solução viável para enfrentar os problemas e a crise que a empresa está atravessando, de forma que a medida cautelar bastará para preservar o resultado útil do procedimento falimentar que será apresentado.

VI. DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL E DAS MEDIDAS URGENTES

76. Considerando que este juízo, ao apreciar os pedidos deduzidos nesta cautelar passará a figurar como competente para deliberar sobre todas as questões envolvendo a devedora e seu patrimônio, compete ao magistrado adotar todas as medidas necessárias para satisfação da pretensão que se busca atingir através do ajuizamento deste processo recuperatório.

77. A própria LRF estipula que, atendida a exigência no que tange à apresentação da documentação, o juiz deferirá o processamento da recuperação e ordenará a suspensão de todas as ações e execuções ajuizadas em desfavor do devedor (art. 6º, II e art. 52, III).

78. Tal medida tem respaldo, também, no artigo 798, do Código de Processo Civil (CPC), que autoriza que o Magistrado tome todas as medidas acautelatórias necessárias a fim de resguardar o direito das partes, sendo que dentre esses direitos se encontram os devedores requerentes de não se sentir pressionada por ações individuais promovidas por seus credores.

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070



79. Dessa forma, o reconhecimento da competência para decidir acerca da prática de atos constitutivos em face do grupo, independente da natureza do crédito, deve ser feita pelo juízo recuperatório, no caso, o juízo que está a apreciar a presente ação (art. 76, da LRF).

80. Isso porque o juízo universal, em razão da *vis attractiva*, é único e indivisível, tornando-se competente para deliberar sobre todas as controvérsias que possam afetar direta ou indiretamente a esfera patrimonial da empresa em crise, de modo que, durante o curso do processo recuperatório fica obstada a prática de qualquer ato que tenha o condão de alienar ou a retirar do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais à atividade.

81. Qualquer ato irregular de constrição de patrimônio poderá implicar em restrição de bens indispensáveis ao regular desenvolvimento das atividades dos requerentes, inviabilizando o futuro cumprimento do plano e violando o princípio de preservação da empresa.

82. Nesse sentido é a jurisprudência do STJ:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. Apesar de a execução fiscal não se suspender em fase de deferimento do pedido de recuperação judicial (art. 6º, §7, da LF n. 11.101/2005, Art. 187 do CTN e art. 29 da LF n. 6.830/80), submetem-se ao crivo do juízo universal os atos de alienação voltados contra o patrimônio social das sociedades empresárias em recuperação, em homenagem ao princípio da preservação da empresa. Precedentes específicos desta Segunda Seção. Conflito conhecido para declarar a competência do juízo de direito da 8ª Vara Cível de São do Rio Preto – SP para análise dos atos constitutivos sobre o ativo das empresas suscitantes.” **AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROLAÇÃO DE DECISÃO DEFINITIVA NO ÂMBITO DESTA CORTE. TRÂNSITO EM JULGADO. SÚMULA 59 DO STJ. JUÍZO DE VALOR ACERCA DA ESSENCIALIDADE OU NÃO DO BEM AO FUNCIONAMENTO DA EMPRESA. ATRIBUIÇÃO DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXCEÇÃO LEGAL PREVISTA NA PARTE FINAL DO § 3º DO ARTIGO 49 DA LEI N. 11.101/2005.** 1. Tendo em vista que esta Corte de Justiça apreciou o recurso tirado da demanda reivindicatória - com trânsito em julgado -, não há falar em conflito a ser dirimido por este Tribunal Superior, consoante dispõe a Súmula 59/STJ, in verbis: “Não há conflito de competência se já existe sentença com trânsito em julgado, proferida por um dos juízes conflitantes”. 2. **O juízo de valor acerca da essencialidade ou não do bem ao funcionamento da empresa cumpre ser realizada pelo Juízo da recuperação judicial, que tem acesso a todas as informações sobre a real situação dos bens da empresa em recuperação judicial.** 3. Agravo regimental a que se dá provimento, a fim de não conhecer do conflito, determinando o retorno dos autos ao Juízo da Vara Única da Comarca de Brasilândia/MS.” (AgRg no CC 126.894/SP, Rel. Ministro Luís Felipe Salomão). (grifamos).

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070



CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZES VINCULADOS A TRIBUNAIS DIVERSOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR PARA A PRÁTICA DE ATOS QUE IMPLIQUEM RESTRIÇÃO PATRIMONIAL. REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. NÃO CABIMENTO. SUSPENSÃO. 1. Conflito de competência suscitado em 17.12.2012 Autos conclusos ao Gabinete em 14.01.2014, após resposta dos ofícios enviados. 2. Discute-se a competência para ação de execução, tendo em vista a recuperação judicial da executada. 3. **Com a edição da Lei 11.101/05, esta Corte firmou o entendimento de que, a partir da data de deferimento da recuperação judicial, todas as questões relacionadas à Requerente ficarão afetas ao juízo da recuperação.** 4. **A decisão que defere o processamento do pedido de recuperação judicial tem como um de seus efeitos exatamente a suspensão das ações e execuções individuais contra o devedor que, dessa forma, pode desfrutar de maior tranquilidade para a elaboração de seu plano de recuperação, alcançando o fôlego necessário para atingir o objetivo de reorganização da empresa.** 5. A suspensão das execuções individuais não implica a remessa os autos ao juízo da recuperação judicial e/ou da falência. Ao contrário, nos termos do art. 52, III, da própria Lei 11.101/05, os autos devem permanecer no juízo onde se processam. 6. Conflito conhecido, para declarar a competência do JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP para a prática de atos executórios, permanecendo a execução suspensa no JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DE JUIZ DE FORA - MG, onde se processa." (CC 126.135/SP, Rel. Ministra Nancy Andriahi). (grifamos)

83. Ao deferir uma recuperação judicial o juízo atrai para si a competência absoluta (*vis attractiva*) e, via reflexa, torna incompetente todos os demais juízes, sendo-lhes vedado conhecer e deliberar sobre bens da empresa⁴, a teor do disposto no artigo 49, *caput* e § 3º (final) da LRF.

84. Em síntese, não se pode permitir a expropriação de patrimônio da empresa em crise para saldar o crédito de apenas um credor em detrimento dos demais, conduta aliás proibida pela Lei de Falimentar, a teor do disposto no artigo 172 e seguintes.

85. Feitas essas considerações, em linha de princípio, cabe a Vossa Excelência se declarar único competente para analisar e julgar questões envolvendo o patrimônio do Requerente, sejam elas expropriatórias ou não, eis que o juízo recuperatório possui universalidade e competência absoluta para julgar as causas que envolvam interesses da empresa em crise.

86. Destaca-se, ainda, que o Requerente possui situações de extrema urgência que precisam ser aqui mencionadas, para a devida providência por este juízo, como, por exemplo, as ações de busca e apreensão ajuizadas em desfavor do Requerente:

⁴ Nesse sentido: STJ – EDcl. no CC 99.548/SP. Rel. Min. Sidnei Beneti.





AÇÕES DE BUSCA E APREENSÃO AJUIZADAS EM FACE DO REQUERENTE		
Processo	Credor	Juízo
0001283-37.2023.8.16.0097	BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.	Vara Cível de Ivaiporã
0001822-03.2023.8.16.0097	BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.	Vara Cível de Ivaiporã
0000242-98.2024.8.16.0097	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	Vara Cível de Ivaiporã
0001386-10.2024.8.16.0097	BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA	Vara Cível de Ivaiporã
0001395-69.2024.8.16.0097	BANCO BRADESCO S.A.	Vara Cível de Ivaiporã
0001599-16.2024.8.16.0097	BANCO MERCEDES BENZ DO BRASIL S.A.	Vara Cível de Ivaiporã
0004923-14.2024.8.16.0097	BANCO MERCEDES BENZ DO BRASIL S.A.	Vara Cível de Ivaiporã
0005175-17.2024.8.16.0097	INGÁ VEÍCULOS LTDA.	Vara Cível de Ivaiporã
0005287-83.2024.8.16.0097	BANCO BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA	Vara Cível de Ivaiporã
1006758-95.2024.8.26.0564	BANCO MERCEDES BENZ DO BRASIL S.A.	8ª VARA CÍVEL São Bernardo do Campo/SP

87. Portanto, o deferimento das medidas urgentes se revela extremamente necessário, conforme mostrar-se-á.

a) DA MANUTENÇÃO DOS BENS ESSENCIAIS EM POSSE DOS DEVEDORES

88. Apresentadas as ponderações acerca da competência deste juízo, como medida urgente decorrente do deferimento da cautelar bem como com base no poder geral de cautela, é importante que, em sendo concedido o efeito protetivo do *stay period*, este juízo reconheça a impossibilidade de retirada dos bens essenciais às atividades rurais pelo prazo de 180 dias, com fulcro na parte final do § 3º do artigo 49 c/c § 4º do artigo 6º, da LRF, assim transcrito:

“Art. 49 [...] § 3º. Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJV9J 542UB P6HAD BTEHY



vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretroatividade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais à sua atividade empresarial.”

89. A urgência da medida se revela imprescindível, isso porque, os credores, ao tomarem conhecimento da existência do presente pedido, possivelmente adotarão medidas cada vez mais agressivas visando efetuar as constrições dos bens que supostamente tenham direito, quando, na realidade, qualquer ato de insurgência patrimonial é legalmente vedado.

90. A empresa carece de estar na posse de todos os bens necessários ao desenvolvimento de sua atividade, como os bens listados ao final deste petitório, para garantir o sucesso futuro do procedimento recuperacional quando da aprovação do Plano.

91. A determinação para que não haja constrição de bens essenciais às atividades é medida preventiva que deve ser concedida na própria decisão que defere a recuperação, de acordo com o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRAZO DE SUSPENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. ESSENCIALIDADE DO BEM. AVALIAÇÃO NECESSÁRIA. 1. Ação ajuizada em 03/09/2012. Recurso Especial interposto em 19/08/2016 e concluso ao Gabinete em 24/03/2017. Julgamento: CPC/15. 2. O propósito recursal é decidir se a ação de busca e apreensão deve prosseguir em relação à empresa em recuperação judicial, quando o bem alienado fiduciariamente é indispensável à sua atividade produtiva. 3. A concessão de efeito suspensivo ao recurso especial deve ser pleiteada de forma apartada, não se admitindo sua inserção nas próprias razões recursais. Precedentes. 4. O mero decurso do prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4º, da LFRE não é bastante para, isoladamente, autorizar a retomada das demandas movidas contra o devedor, uma vez que a suspensão também encontra fundamento nos arts. 47 e 49 daquele diploma legal, cujo objetivo é garantir a preservação da empresa e a manutenção dos bens de capital essenciais à atividade na posse da recuperanda. Precedentes. 5. Apesar de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis não se submeter aos efeitos da recuperação judicial, o juízo universal é competente para avaliar se o bem é indispensável à atividade produtiva da recuperanda. Nessas hipóteses, não se permite a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais à sua atividade empresarial (art. 49, §3º, da Lei 11.101/05). Precedentes. 6. Recurso especial conhecido e parcialmente provido. (REsp nº 1660893, Rel. Ministra Nancy Andrighi). (grifamos).

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070



92. Concluindo: Em sendo deferido o processamento da recuperação, todos os bens listados no **anexo ao final deste pedido cautelar** devem ser declarados **essenciais** ao funcionamento da empresa, de modo que, são passíveis determinação expressa para que permaneçam em sua posse durante o curso do processo recuperatório, de acordo com os ditames da Lei Falimentar e da jurisprudência majoritária.

b) DA SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES EM FACE DO DEVEDOR

93. A propositura do presente pedido cautelar e do futuro pedido de recuperação judicial possivelmente acarretará o afloramento de parte dos credores em busca de seus créditos por vias transversas à da recuperação judicial em intensidade ainda maior do que já está correndo, podendo causar prejuízos em desfavor do Requerente.

94. Se, porventura, houver a constrição de bens e recursos financeiros da empresa em crise à essa altura, durante a fase preparatória e inicial do processo recuperatório, o risco de agravamento da crise econômico-financeira é altamente elevado, podendo vir a comprometer sobremaneira o soerguimento da atividade e até mesmo levá-la a falência.

95. Sem desprezar, ainda, que o andamento das execuções contra a empresa coloca em xeque até mesmo a implementação do próprio Plano futuro de soerguimento, considerando a sua atual situação financeira, sendo medida necessária a **suspensão das ações** pelo deferimento do *stay period*.

96. Segundo a teleologia esperada da recuperação judicial, a adoção de entendimento contrário, que abra brechas para o prosseguimento das execuções contra a devedora, estará claramente em rota de colisão não só com os interesses da empresa em crise, como dos próprios credores interessados em aprovar o Plano de recuperação empresarial para recuperação de seus créditos, sem falar no prejuízo aos trabalhadores e ao cenário socioeconômico como um todo.

97. É cediço que a suspensão das execuções possui o condão de evitar que credores, durante o lapso entre o deferimento do processamento e a aprovação do plano, se insurjam contra o patrimônio da empresa e inviabilizem a manutenção de suas atividades, afrontando o princípio elementar do processo recuperacional, qual seja, o da preservação da empresa, nos termos do artigo 47, da LRF.

98. Não por outra razão que, com o intuito de conciliar os termos da Lei de Falências e Recuperação de Empresas com os princípios da ordem econômica constitucional (art. 170 da CF/88), o Poder

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070



Judiciário tem o papel de zelar pelo cumprimento dos objetivos constitucionais e da legislação falimentar, sobretudo da manutenção da fonte produtora.

99. Por outro lado, não há qualquer risco de dano para os credores que já possuem ações em trâmite. Caso não haja sucesso na recuperação judicial, hipótese que se admite apenas para argumentação, os credores poderão sempre utilizar as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para satisfazer os seus créditos futuramente.

100. Ademais, as ações cuja suspensão deve ser declarada poderão prosseguir normalmente em caso de descumprimento das obrigações contidas no plano, inclusive no que diz respeito às medidas constritivas eventualmente deferidas. Um simples juízo de proporcionalidade deixa evidente que a concessão da medida ora pleiteada é a medida mais prudente e equilibrada neste caso.

101. Baseado nisso, o Requerente entende que deve ser concedida a tutela para determinar antecipadamente a suspensão das ações listadas na declaração anexa a estes autos e de qualquer outra que venha ser distribuída após o deferimento a cautelar, impedindo assim continuidade de medidas constritivas sobre seu patrimônio.

102. Merece registro, também, que a competência universal deste juízo se estende inclusive aos créditos concursais e extraconcursais, visto que o juízo recuperacional é o único que detém melhores condições para avaliar a situação patrimonial da recuperanda e quaisquer impactos que possam culminar no desencadeamento de situações adversas.

103. Portanto, é imprescindível que, diante de todos os argumentos expostos, seja deferido o efeito suspensivo atribuído pelo *stay period*, de acordo com a previsão do art. 6º, II, da Lei nº. 11.101/05, aliada ao entendimento jurisprudencial colacionado no curso deste pronunciamento.

VII. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

104. Pelo exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) O deferimento do presente requerimento de medida cautelar de natureza antecipatória, **EM SEGREDO DE JUSTIÇA**, concedendo-se preliminarmente os efeitos decorrentes do *stay period* em favor do Requerente **REGINALDO BANDEIRA – TRANSPORTES – “TRANS-BANDEIRA”**, para que sejam suspensas todas as ações e execuções contra ele, nos termos do art. 300 do CPC, bem como do art. 6, § 12, da Lei

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070



11.101/05, pelo prazo de 60 dias até a distribuição do pedido de recuperação judicial principal;

- b) Que seja declarada a competência absoluta deste juízo para deliberar acerca de todos os atos de constrição realizados em face do patrimônio do Requerente, conforme jurisprudência assente do Colendo STJ, seja em função de crédito concursais como extraconcursais, além de deliberar acerca da própria concursalidade deles;
- c) A declaração de essencialidade dos bens utilizados para o devido funcionamento das atividades empresariais do Requerente (**Anexo I e ao Final desta petição**), em função de sua utilização como meio de fomento da atividade econômica da empresa, sem os quais, por corolário lógico, o procedimento de soerguimento restará comprometido, bem como que seja proibida a retirada de todos e quaisquer bens essenciais ao desempenho da atividade do Requerente, especialmente os veículos, durante o *stay period*; e
- d) Que este juízo conceda o prazo de 30 dias para que seja distribuído o pedido principal de recuperação judicial, nos termos do artigo 308 do Código de Processo Civil.

105. No mais, requerem que todas as publicações e intimações advindas da demanda sejam realizadas, exclusivamente, em nome do **Dr. Antônio Frange Junior, OAB/MT 6.218**, sob pena de nulidade dos atos praticados, nos termos do art. 272, § 2º, do CPC.

Nestes termos,

Espera deferimento.

Cuiabá/MT, 13 de dezembro de 2024

ANTÔNIO FRANGE JÚNIOR
OAB/MT 6.218

YELAILA ARAÚJO E MARCONDES
OAB/SP 383.410

TARCISIO CARDOSO TONHÁ FILHO
OAB/MT 24.489

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070



ANEXO I – BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE EMPRESARIAL		
DESCRIÇÃO BEM	VALOR	CHASSI
SCANIA/R 440 A6X4	R\$ 314.921,00	9BSR6X400D3818572
VOLVO/FH 540 6X4T	R\$ 544.846,00	9BVRG40D4KE863942
M.BENZ/ACTROS 2651S6X4	R\$ 479.927,00	9BM938142LS056008
SR/FACCHINI SRF RT	R\$ 70.000,00	94BA0952LLV074629
SR/FACCHINI SRF RT	R\$ 70.000,00	94BA0952LLV074630
R/FACCHINI RE DL	R\$ 40.000,00	94BL0462LLV074631
SR/FACCHINI SRF RT	R\$ 70.000,00	94BA0952LLV075247
R/FACCHINI RE DL	R\$ 40.000,00	94BL0572LLV075249
SR/FACCHINI SRF RT	R\$ 70.000,00	94BA0952LLV075248
SR/FACCHINI SRF RT	R\$ 70.000,00	94BA0952LMV076831
R/FACCHINI RE DL	R\$ 40.000,00	94BL0462LMV076833
SR/FACCHINI SRF RT	R\$ 70.000,00	94BA0952LMV076832
R/RANDON RE DL 2E	R\$ 13.800,00	9ADM0352MMM481486
SR/RANDON SR CA	R\$ 96.000,00	9ADG0942MMM481485
SR/RANDON SR CA	R\$ 96.000,00	9ADG0942MMM481484
VOLVO/FH 540 6X4T	R\$ 338.110,00	9BVAG40D9EE824060
VOLVO/FH 540 6X4T	R\$ 768.894,00	9BVRG40D3NE910174
SR/FACCHINI SRF 2CA	R\$ 96.800,00	94BA0952MNV087882
SR/FACCHINI SRF 2CA	R\$ 96.800,00	94BA0952MNV087883
R/FACCHINI RE DL	R\$ 49.800,00	94BL0462MNV087884
VOLVO/FH 540 6X4T	R\$ 768.894,00	9BVRG40D6NE912150
SR/RANDON SR CA RTD2E	R\$ 96.000,00	9ADG0942MNM494334
SR/RANDON SR CA	R\$ 90.000,00	9ADG0942MNM494335
R/RANDON RE DL 2E	R\$ 43.600,00	9ADM0352MNM494336
SR/ESTRADA CG RTD 2E	R\$ 92.000,00	91RA17022PC000548
SR/ESTRADA DOLLY 2E	R\$ 41.300,00	91RD17012PC000549
SR/ESTRADA CG 2E	R\$ 62.000,00	91RA17022PC000550
M.BENZ/ACTROS 2651S 6X4	R\$ 653.108,00	9BM963414PB299492
TOYOTA/COROLLA XEI20FLEX	R\$ 101.902,00	9BRBD3HE7K0395045
CHEVROLET/S10 LTZ DD4A	R\$ 187.911,00	9BG148MK0NC453115
TOTAL	R\$ 5.572.613,00	

São Paulo – SP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485,
2º andar, Jardim Paulistano, CEP:
01452-002
Contato: (11) 3199 0234



www.frangeadvogados.com.br
atendimento@frangeadvogados.com.br
Contato WhatsApp (65) 98407-7309

Cuiabá – MT
Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, 8º andar.
Ed. Helbor Dual Business Office &
Corporate Alvorada, CEP: 78048-250
Contato: (65) 2136 3070

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJV9J 542UB P6HAD BTEHY